



## Inclusão Social de Mulheres do Campo a partir da sua Inclusão Digital

### Social Inclusion of Women from the Field from their Digital Inclusion

Patrícia de Fátima Vieira<sup>(1)</sup>; Marcelo Gschneitner Wisbistcki<sup>(2)</sup>; Liziany Müller<sup>(3)</sup>  
Ivanio Folmer<sup>(4)</sup>; Alessandra Regina Müller Germani<sup>(5)</sup>;  
Janete Webler Cancelier<sup>(6)</sup>; Gabriella Eldereti Machado<sup>(7)</sup>

<sup>(1)</sup>ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-0820-4564>. Mestre em Tecnologias Educacionais em Rede - Universidade Federal de Santa Maria. Av. Roraima n.1000. Cidade Universitária. Bairro Camobi. Santa Maria – RS. CEP: 97105-900. Brazil, pativieira@gmail.com

<sup>(2)</sup>ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-6042-4265>. Mestre em Tecnologias Educacionais em Rede - Universidade Federal de Santa Maria. Av. Roraima n.1000. Cidade Universitária. Bairro Camobi. Santa Maria – RS. CEP: 97105-900. Brazil, wisbistcki@gmail.com.

<sup>(3)</sup>ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-7325-6611>. Doutora em Agronomia - Universidade Federal de Santa Maria. Av. Roraima n.1000. Cidade Universitária. Bairro Camobi. Santa Maria – RS. CEP: 97105-900. Brazil, lizianym@hotmail.com

<sup>(4)</sup>ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-7433-6434>. Mestre em Geografia - Universidade Federal de Santa Maria. Av. Roraima n.1000. Cidade Universitária. Bairro Camobi. Santa Maria – RS. CEP: 97105-900. Brazil, ivaniofolmer@yahoo.com.br.

<sup>(5)</sup>ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-7022-8543>. Doutora em Extensão Rural - Universidade Federal de Santa Maria, Universidade Federal da Fronteira Sul – UFFS. Brazil, alessandragermani@hotmail.com

<sup>(6)</sup>ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-4850-5492>. Doutora em Geografia - Universidade Federal de Santa Maria. Av. Roraima n.1000. Cidade Universitária. Bairro Camobi. Santa Maria – RS. CEP: 97105-900. Brazil, janetewc@gmail.com

<sup>(7)</sup>ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-5908-4753>. Doutoranda em Educação - Universidade Federal de Santa Maria. Av. Roraima n.1000. Cidade Universitária. Bairro Camobi. Santa Maria – RS. CEP: 97105-900. Brazil, gabriellaeldereti@gmail.com

Todo o conteúdo expresso neste artigo é de inteira responsabilidade dos seus autores.

Recebido em: 28/07/2021; Aceito em: 30/07/2021; publicado em 01/08/2021. Copyright© Autor, 2021.

**RESUMO:** Esta pesquisa ação buscou promover um processo de inclusão digissocial de mulheres do campo resultando em um material didático e instrucional que possibilite a disseminação deste processo. A presente pesquisa foi construída sobre os princípios e resultados qualitativos, foi proposto uma pesquisa ação, com a formação de um grupo de mulheres do campo, onde realizou-se atividades expositivas-explicativas, práticas e utilizando a realidade das participantes, Como ferramentas de mídia para o processo, foram utilizados os aplicativos das redes sociais que foram demandadas pelas participantes. A partir disso construiu-se uma proposta de material didático e instrucional que possibilitará a disseminação da inclusão digissocial a outras mulheres em outros campos.

**PALAVRAS-CHAVE:** Mulheres; Digissocial; Inclusão.

**ABSTRACT:** This action research sought to promote a process of digisocial inclusion of women from the countryside, resulting in didactic and instructional material that enables the dissemination of this process. This research was built on the principles and qualitative results, an action research was proposed, with the formation of a group of rural women, where expository-explanatory, practical activities were carried out and using the reality of the participants, As media tools for the process, the applications of social networks that were demanded by the participants were used. From this, a proposal for didactic and instructional material was constructed that will enable the dissemination of digisocial inclusion to other women in other fields.

**KEYWORDS:** Women; Digisocial; Inclusion.

## INTRODUÇÃO

Estamos novamente em voga com os termos de repercussão em torno da discriminação, depois de todas as conquistas que a humanidade como um todo havia conseguido na luta para a igualdade entre seus indivíduos, seja de gênero, opção sexual, renda, ou qualquer outra forma de seleção. Mas os novos movimentos no poder nacional têm trazido à baila novamente uma ressignificação do papel dos indivíduos no seu social

Não que estes conceitos estejam corretos (muito antes pelo contrário), mas encontram em vários indivíduos um terreno fértil para sua disseminação. Então em muito tempo este assunto de que tratará este estudo, esteve tão atual e necessário, para que a mulher e principalmente a mulher do campo, não volte a cair na segregação em que já esteve por muito tempo. Questões econômicas, de direito civil e a própria democracia e a soberania do Estado estão sendo questionados de forma arbitrária e, não somente no país, mas em toda a América Latina o povo tem se revoltado e buscado uma forma de reconquistar seus direitos.

E a mulher, aparentemente, tem tido uma atenção deveras realçada negativamente, pela política de governo que se instaura, que vem questionando a posição social da mulher nas famílias, na economia, na cultura em detrimento de doutrinas de segregação e diminuição da representatividade da mulher como integrante fundamental para a estrutura social que se apresenta.

Pode parecer estranho, que em plena era da informação, das tecnologias, das cidades digitais e dos mundos sem fronteira, que ainda exista pessoas que estão à parte desta sociedade tecnológica. Ou por questões econômicas, sociais ou culturais, a exclusão ainda é uma realidade para muitas pessoas. Desta feita, encontram-se sujeitos que por sua própria constituição social já se encontram em uma situação de exclusão, estão à margem da sociedade.

Como estão às mulheres, excluídas por questões que envolvem seu gênero, estão os sujeitos do campo excluídos e mais fortemente empurrados para fora dos meios ditos de promoção da cidadania pelas distâncias, pela educação, cultura, etnias, economia, território e muitos outros elementos excludentes. Quando além de um, os indivíduos possuem mais características cumulativas de exclusão a barreira separatista é muito mais forte. Agora ainda há mais um elemento, as tecnologias da informação

que estão criando um mundo dentro da sociedade, mais uma categoria para se fazer parte, ou ser excluída dela.

Então, colocamos as mulheres do campo, como sendo um nicho potencial de exclusão por vários fatores, apesar de muita evolução nas políticas de inserção da mulher no usufruto da cidadania, ainda há muitas mulheres camponesas sendo excluídas. Seja por estar fora das instituições de ensino e tem baixa ou nenhuma escolaridade, ou estando fora do mercado de trabalho dito formal, pois a agricultura familiar, apesar de primar pela renda, acaba por não ser considerada um trabalho, mais sim uma função autoconsumo. Ainda há sobre elas a influência de culturas do machismo, do coronelismo, do patriarquismo, pressões religiosas e morais, que as coloca em uma posição de extrema exclusão.

E acrescentando-se a esta lista de possibilidade de inclusão/exclusão a condição Digissocial<sup>1</sup>, ou seja, ser Digissocial é pertencer à sociedade digitalmente constituída por tecnologias que fazem parte da cibercultura. E nessa condição de exclusão que estão algumas das mulheres do campo, que se encontram as que não conseguem acesso às políticas públicas e as redes de informação, que se destinou esta ação, uma vez que tencionou oportunizar momentos de contatos diretos com as tecnologias digitais de informação e comunicação e, assim construir uma condição de inclusão social a partir do contato e do conhecimento do ambiente tecnológico que permeia o espaço da cibercultura e tornando-as cidadãs de direito e fato perante esta sociedade a partir da apropriação de usuárias da rede tecnológica que a cerca e faz a máquina social girar.

Portanto, objetivou-se com esta pesquisa “Conhecer a realidade das mulheres do campo em relação a inclusão digissocial no Município de Alegria/RS”.

## REFERENCIAL TEÓRICO

### O QUE É EXCLUSÃO?

Há de se compreender o que cada vocábulo significa em nossa língua portuguesa, para que a utilizemos de forma coerente e dando a ela seu real sentido no seu emprego e contexto social em que o aplicamos, pois, a língua é uma forma viva de comunicação e como tal transforma-se de acordo com a ocasião, contexto histórico social e muitas outras variantes, quando é utilizada. Desta forma, para fazer um bom

---

<sup>1</sup> Na busca por um termo que designe sociedade digital, optou-se por aglutinar duas palavras e construir outra, unicamente para ser utilizada nesta pesquisa. Digissocial quer referir-se a sociedade digital e suas implicações, tecnologias, informação, objetos, redes, dados. Tudo que for tecnológico, digital e socialmente inerente a sociedade atual. Nota da autora.

uso do termo “exclusão” buscou-se sua significação, que de acordo com o Dicionário Brasileiro de Língua Portuguesa Michaelis (2018), em sua versão online, que traz a exclusão como sendo um “ato de excluir (se), ato judicial que priva alguém de determinadas funções; exclusiva”. Ao que se faz necessário conhecer o termo “excluir”, para dar sentido ao seu substantivo, e nisso buscou-se em outro dicionário que diz:

1. Pôr fora; pôr de parte; não contar; não incluir.
2. Tirar (de lista, de enumeração).
3. Não admitir.
4. Excetuar.
5. Privar da posse de alguma coisa.
6. Não tomar ou não deixar tomar parte. (AURÉLIO, 2018).

Na verdade, a palavra a que nos referimos possui sentidos de acordo como a que queremos utilizar, desta forma, ficaremos com o sentido de “pôr de parte, pôr de fora, não incluir” (AURÉLIO, 2018). Pois, busca-se entender se a tecnologia da informação está sendo ou tornando-se um fator que põem os cidadãos à parte da sociedade, para fora dela e não incluindo os mesmos nesta sociedade tecnológica que está se construindo.

Partindo destes pressupostos linguísticos, há outro termo a ser considerado nesta construção de um entendimento do que pretende com esta escrita, é o que diz respeito a este cidadão posto à parte de sua sociedade, e temos então o termo exclusão social e a sua antítese:

[...] a inclusão e a exclusão se referem às dinâmicas de expulsão ou de inserção nas esferas socialmente reconhecidas. A categorização e percepção da pobreza se vincula a experiências vividas de autodesignação, confrontadas às expectativas sociais, conforme realidades heterogêneas de nação, Estado e cultura. A inclusão/exclusão também pode se referir a maior ou menor dependência de outrem ou de instituições públicas, aos rendimentos, ao valor dos rendimentos, à qualificação ou desqualificação social, à presença ou ausência de bens materiais, à solidez ou degradação moral, à periferação/centralidade no território, à posse ou desapossamento da terra e ativos, à discriminação/aceitação, à violência maior ou menor, às condições de nacionalidade, raça, etnia, ou a opções e modos de vida (FALEIROS, 2006).

Desta feita, pode-se perceber que a exclusão social compreende, alguma forma ou várias, de privação de algum elemento de sua vida social que está fortemente associada aos métodos empregados pelo sistema capitalista de mercado. A exclusão social infringe privações de direitos e assola seus acolhidos em categorias de diferenças considerando seus próprios padrões socialmente aceitos pela sociedade e o mercado

econômico e o estado político, e ao que não se enquadram neste padrão de: cor, raça, religião, gênero, orientação sexual, economia, e tantos outros fatores que possam ser consideradas de relação social. A quem se considere diferente do padrão estabelecido como hegemônico, a segregação social e com ele o preço de tal posição na esfera social. O que Bauman (2005) traz bem claramente:

Página | 3437

Um dos diagnósticos mais comuns é o desemprego, e em particular as baixas expectativas de trabalho para os recém saídos da escola que ingressam sem experiência num mercado em aumentar os lucros cortando os custos com mão-de-obra e se desfazendo de ativos, em vez de criar novos empregos e construir novos ativos (p. 18).

Ao mesmo tempo em que aponta a causa do problema criado por um processo de exclusão social construído pelo mercado capitalista concentrado na produção de lucros, Bauman (2005) aponta uma possibilidade para a solução desta questão, mas a qual o mercado não considera como sendo uma possibilidade. Desta forma também, o Governo como agente regulador da sociedade não compreende sua função diante da situação dos cidadãos em condição de exclusão social.

Ao que o próprio Bauman (2005) ressalta:

Do ponto de vista da lei, a exclusão é um ato de auto-suspensão. Isso significa que a lei limita sua preocupação com o marginalizado/excluído para mantê-lo fora do domínio governado pela norma que ela mesma circunscreveu. A lei atua sobre essa preocupação proclamando que o excluído não é assunto seu. Não há lei para ele. A condição de excluído consiste na ausência de uma lei que se aplique a ela. (p. 43)

E, desta forma, a exclusão social, vai se construindo ao redor de alguns cidadãos de forma mais ampla, completa e complexa. Se sobrepondo em várias formas, meios e situações de exclusão. Ao que a tecnologia aqui se apresenta, e queremos com esta escrita compreender, se ela é a causa ou a consequência de mais um processo de exclusão social dos indivíduos desta sociedade que se encontra a mercê dos aparatos que a tecnologia cria a necessidade.

E, ao constituir este processo social em que Canclini (2009), destaca que houve a troca de termos de diferentes e desiguais, para a utilização, que está mais em voga, inclusão e exclusão, ao que destaca exatamente o que a tecnologia pode construir a partir do posicionamento que a sociedade estabelece como sendo a normativa social.

A relativa unificação globalizada dos mercados não se sente perturbada pela existência de diferentes e desiguais: uma prova é o enfraquecimento destes termos e sua substituição por estes outros, inclusão e exclusão. O que significa o predomínio deste vocabulário?

A sociedade, antes concebida em termos de estratos e níveis, ou distinguindo-se segundo identidades étnicas ou nacionais, agora é pensada como a metáfora da rede (CANCLINI, 2009, p.92).

Esta nova concepção social, que agora sustenta a rede de conexão, não somente especificamente reduzida ao meio de trabalho e a sua raça e cor da pele, mas agora também as características perfilares de possuir cartões de crédito, informação dinheiros, conexão. Por isso a exclusão personifica a situação do cidadão que se vê diante da necessidade de enquadrar-se em mais um classificador, para estabelecer seu posicionamento social, porque a sociedade tecnológica não respeita a lógica anteriormente posta para considerar diferente, mas põem em xeque e busca sempre uma forma de marcar o indivíduo em uma das muitas formas de classificação de exclusão.

## FORMAS, OU MODOS, OU MEIOS DE EXCLUSÃO

Basicamente a exclusão se dá pela diferença, o diferente do padrão estabelecido pela instância social reguladora é que determina se o indivíduo será, ou não, excluído. Da mesma forma estabelecer a diferença requer a instituição do padrão, este é estabelecido por uma parcela da sociedade que detém em seus domínios algum tipo de poder influenciador da sociedade, na sua maioria, poder econômico que se reflete em outras instâncias de empoderamento.

“[...] neste contexto, como negação da cidadania, da garantia e efetividade de direitos civis, políticos e sociais, ambientais e da equidade de gênero, raça, etnia e território. A exclusão é um processo dialético e histórico, decorrente da exploração e da dominação, com vantagens para uns e desvantagens para outros, estruturante da vida das pessoas e coletividades, [...] (FALEIROS, 2006, p.4).

E considerando a sociedade tecnológica atual, “Os incluídos são os que estão conectados; os outros são os excluídos, os que veem rompidos seus vínculos ao ficar sem trabalho, sem casa, sem conexão” (CANCLINI, 2009, p.92). Mas é preciso compreender como a conexão tornou-se o padrão para esta nova sociedade, ao que Santos (2012), traz:

No fim do século XX e graças aos avanços da ciência, produziu-se um sistema de técnicas presidido pelas técnicas da informação, que passaram a exercer um papel de elo entre as demais, unindo-as e assegurando ao novo sistema técnico uma presença planetária. (p.23).

Esta é a descrição da globalização que se utiliza das técnicas, principalmente as da informação e domina geográfica e temporalmente os meios para disseminar suas ideologias de mercado, de produção e social. E estas ideologias, são o padrão para significar o diferente para classificar os diferentes, excluídos, fora do mundo tecnológico globalizado.

E como padrão se estabelece tempos diferentes, e diferentes formas de contar o tempo e utilizar para produzir mais-valia. O que para seu próprio padrão já é altamente excludente, pois o tempo globalizado criado por uma tecnologia de alta cientificidade e eficiente, é possível, mas “potencialmente, ele existe para todos. Mas efetivamente, isto é, socialmente, ele é excludente e assegura exclusividade, ou, pelo menos, privilégios de uso”. (SANTOS, 2012, p. 28).

O que Canclini (2009), também destaca:

A reformulação da ordem social e de grande parte das interações nacionais e internacionais, por causa das inovações tecnológicas e do neoliberalismo econômico, modifica o sentido do diferente e do desigual. A passagem da primeira modernidade, liberal e democrática, com projetos integradores dentro de cada nação a uma modernização seletiva e abertamente excludente em escala global coloca-nos diante de outro horizonte [...] (p.92).

Outra faceta da construção dos desiguais na nossa sociedade tecnológica informacional é a construção da necessidade de ter, de possuir, onde o não possuir, não ter, o torna diferente e por isso excluído; não ter dinheiro, não ter carro, casa, emprego, status, tempo. E nisso a tecnologia tem um potencial ampliado de produzir necessidade, necessitados, diferentes e excluídos, o que fica claro nas palavras de Santos (2012).

As bases materiais históricas desta mitificação estão na realidade da técnica atual. A técnica apresenta-se ao homem comum, como um mistério e uma banalidade. De fato, a técnica é mais aceita que compreendida. Como tudo dela parece dela depender, ela se apresenta como uma necessidade universal, uma presença indiscutível, dotada de uma força quase divina a qual os homens acabam se rendendo sem buscar entendê-la. É um fato comum do cotidiano de todos, por conseguinte, uma banalidade, mas seus fundamentos e seu alcance escapam a percepção imediata, daí seu mistério. Tais características alimentam seu imaginário, alicerçando nas suas relações com a ciência, na sua exigência de racionalidade, no absolutismo com que, a serviço do mercado, conforma os comportamentos; tudo isso fazendo crer na sua inevitabilidade. (p. 44).

Desta forma, o que não faltam em nossa sociedade tecnológica global são formas, modos e meios de exclusão; seja pelo nascimento: nascendo negro ou branco, europeu ou africano, homem ou mulher; seja a partir de suas escolhas pessoais, sexuais,

de estilo e moda; seja ainda por questões religiosas, mercadológicas, emprego, desemprego, geográficas onde se considera o acesso e as distâncias; a diferença e a exclusão tem sempre o papel de destacar e promover a dificuldade de adequação social dos indivíduos, havendo sempre em maior número os que se privam dos direitos dos que deles usufrui.

As causas da exclusão podem ser diferentes, mas, para aqueles situados na ponta receptora, os resultados parecem ser quase os mesmos. Confrontados pela intimidante tarefa de ganhar os meios para a sobrevivência biológica, enquanto se veem privados da autoconfiança e da autoestima necessária para a sustentação da sobrevivência social, eles não tem motivo para contemplar e saborear as distinções sutis entre o sofrimento planejado e a miséria por descuido. Podem muito bem serem irritáveis e raivosos, por respirarem a vingança e alimentarem a desforra – embora, tendo aprendido sobre a futilidade da resistência e aceito o veredicto de sua própria inferioridade, seja difícil encontrarem um modo de transformar tais sentimentos numa ação efetiva. Seja por uma sentença explícita ou por um veredito implícito, mas nunca oficialmente publicado, tornaram-se supérfluos, imprestáveis, desnecessários e indesejados, e suas reações inadequadas ou ausentes, transmitem a censura de uma profecia auto-realizadora (BAUMAN, 2005, p.54).

O contexto em que cada indivíduo se coloca ou é colocado em uma posição de não pertencimento social, independe de seu consentimento ou não. Para mulheres do campo, a tecnologia digital pode ser considerada, portanto, mais um elo na corrente que as prende na posição de inferioridade social.

## **A NOVA SOCIEDADE: CONHECIMENTO, INFORMAÇÃO E CIBERCULTURA**

Nunca e em tempo algum, o acesso à informação e o empoderamento proporcionado por meio dela foi tão forte para a constituição da cidadania de um povo. Conhecer, saber, ter em mãos dados e apropriar-se das informações que o ser humano foi construindo ao longo de todos estes anos, possibilita colocar o indivíduo na condição de pertencimento social. Ter e ser parte de um grupo social que tem, constrói, transmite, recebe a informação é atualmente o que define o ser como sendo incluído ou excluído em seu próprio mundo.

Buscando entender o que hoje representa para o ser real, nos deparamos com o estudo de Capurro e Hjørland (2003), que traz a conceituação de vários teóricos, seja as definições com bases epistemológicas, científica, tecnológica e ou filosófica, apresenta-se volátil e evolutiva no que diz respeito ao próprio conceito de informação, quanto mais é assim a sua influência na real ação da pessoa ao utilizá-la ou não.

Com a transformação que a tecnologia tem apresentado ao meio de transmitir e construir a informação e o conhecimento, da qual a sociedade se embasa para construir sua cultura, riqueza e disseminar seus saberes, mais vão criando-se espaços de exclusão em que pessoas por não estar acessando as muitas facetas da tecnologia, que demandam recursos econômicos tanto quanto saber de domínio da tecnologia. E com isso, está-se criando um formato de exclusão que não dependem somente da condição econômica, ricos e pobres, de raças e etnias ou inclusive de letramento. Página | 3441

Tamanha é a importância da informação para este tempo social, que está sendo chamada a era da informação, assim como já houve a era da pedra, a era do gelo, e tamanha é o poder da informação que como nos traz Bauman (2001) “Na era da informação, a invisibilidade é equivalente à morte”. Onde não estarmos conectados, *online*, mais um degrau de exclusão no rol cada vez maior de degraus a galgar para o merecido ápice social de pertencer a uma sociedade e apropriar-se da condição de cidadão.

Esta sociedade da informação teve sua germinação após a segunda grande guerra mundial, a partir de então, a população, economia e cultura, passaram por um período de recriação de seu estilo de vida. Foi neste período que a sociedade da informação teve sua disseminação potencializada.

Para Rengifo (2006), o nascimento da sociedade da informação se deu com a transformação da informação digital em valor econômico, social em conhecimento útil, com isso criaram-se indústrias, trabalho e melhora a forma de vida. Pode-se entender porque a sociedade pós-guerra e seu caos mundial foi terreno fértil para sua nova fase.

Sociedade da informação é uma proposta multidisciplinar com influências de diferentes áreas de pensamento, como um escopo amplo que integra o uso de tecnologias de informática e comunicações (TIC) para a cooperação e compartilhamento de conhecimento entre os atores, a fim de disseminar a formação de competências na população (POLIZELLI, 2008, p. 3).

E neste novo mundo, nesta sociedade e o que chamamos de cibercultura que representa a cultura contemporâneas sendo consequência direta da evolução da cultura

técnica moderna (LEMOS, 2003, p. 2), para qual a exclusão tem uma nova face, pois sequer compreendemos o conceito de cibercultura, quanto mais queremos estar incluídos a sua interface e cibercultura. Mas para a compreensão desta nossa sociedade:

Vivemos uma nova conjuntura espaço-temporal marcada pelas tecnologias digitais telemáticas onde o tempo real parece aniquilar, no sentido inverso à modernidade, o espaço de lugar, criando espaços de fluxos, redes planetárias pulsando no tempo real, em caminho para a desmaterialização dos espaços de lugar. Assim, na cibercultura podemos estar aqui e agir à distância. A forma técnica da cibercultura permite a ampliação das formas de ação e comunicação sobre o mundo (LEMOS, 2003, p. 3).

E para tanto é necessário compreender a Cibercultura:

O termo está recheado de sentidos mas podemos compreender a cibercultura como a forma sociocultural que emerge da relação simbiótica entre a sociedade, a cultura e as novas tecnologias de base micro-eletrônica que surgiram com a convergência das telecomunicações com a informática na década de 70 (LEMOS, 2003, p. 1).

No entanto, este novo espaço-temporal e a cibercultura não eliminam os problemas sociais a que são expostos os sujeitos aos demais modos de exclusão. Mas sim, é mais uma forma de agravamento de sua condição, sendo agora também dependência e alienação. Pois, ainda se coloca na condição de aceitar como verdade posta tudo que as mídias produzem de informação, não se dando conta que mesmo as mídias produzidas na cibercultura, neste novo espaço-tempo mudaram até mesmo, conceito de realidade:

Como a mídia digital é um ecossistema, estamos agora obrigados a saber distinguir entre os conceitos de fonte e de mídia. No cenário das mídias unidirecionais, os dois conceitos eram quase equivalentes: um jornal ou emissora de televisão representavam, ao mesmo tempo, um canal de comunicação e uma fonte de informação. Isto obviamente não é mais verdadeiro para a mídia digital em geral ou para as diversas mídias sociais. Por exemplo, "o Twitter não é uma fonte confiável de informação" não é uma afirmação que tem muito sentido. Na verdade, a graça da comunicação pelo Twitter é justamente se conectar a fontes confiáveis e interessantes (para si) e filtrar as fontes redundantes ou enganosas para fora do seu fluxo de notícias. Nem o Twitter (ou qualquer outra mídia social pessoal) nem a mídia digital, em geral, são fontes (LEVY, 2011 p. 44.)

Pode parecer estranho, que em plena era da informação, em que a tecnologia abriu caminhos para chegar aos mais longínquos recantos e mesmo nas áreas rurais mais isoladas. Onde as mídias abrem caminhos e levam informações das mais variadas fontes para as pessoas, que ainda hajam indivíduos que estão excluídos das mais básicas condições e pelas mais variadas divisões. Excluídos pela cor da pele, pela situação econômica, pela escolaridade, e agora excluídos digitais.

## MULHERES E A INCLUSÃO SOCIAL

Quando se percebe que em plena era da informação ainda há exclusões que perpassam as questões econômicas, geográficas, sociais, e se colocam ampliadas por fatores compostos por questões como o gênero e que nestas exclusões a mulher é ainda colocada como sendo quem sofre a exclusão que:

“[...] neste contexto, como negação da cidadania, da garantia e efetividade de direitos civis, políticos e sociais, ambientais e da equidade de gênero, raça, etnia e território. A exclusão é um processo dialético e histórico, decorrente da exploração e da dominação, com vantagens para uns e desvantagens para outros, estruturante da vida das pessoas e coletividades”, [...] (FALEIROS, 2006, p.4).

A mulher tem um papel social de grande relevância na composição familiar, na ordem social e no próprio setor econômico de provedoras do lar, de produtoras de renda e administradoras da vida familiar a que pertencem. Este papel que é dado á mulher, socialmente, torna-se, muitas vezes, um elemento aprisionador e excludente. Pois, ao mesmo tempo formata sua postura perante a sociedade, a mantém em uma condição subalterna de cuidado do lar e de uma atividade de segunda categoria, já em sua essência sendo discriminadora e excluindo da vida produtiva.

E por isso, todos os conceitos sociais estão em constante ressignificação e o que antes parecia ser definido hoje tem sinônimos, antônimos, nuances e contraditórios. E desta feita, a mulher tem sido colocada em um limbo neste espaço-tempo onde sobrepõem-se vários fatores de exclusão em que “ser cidadão não tem a ver apenas com direitos reconhecidos pelos aparelhos estatais para os que nasceram em um território, mas também com práticas sociais e culturais que dão sentido de pertencimento [...]” (CANCLINI, 1999, p.46). Este é o papel a que a mulher é submetida fortemente enraizado na sociedade brasileira que, por exemplo, o instrumento de maior impacto na

inclusão social de pessoas de baixa renda, que é o Programa Bolsa Família considera a mulher como sendo:

[...] o foco prioritário na administração do benefício e no cumprimento das condicionalidades, recaindo sobre elas quase toda a responsabilidade para que a família continue dentro dos critérios estipulados pelo Programa [...] embora no discurso estatal o sujeito ativo de tais políticas seja a família, na realidade, este sujeito é a mulher, especificamente a mulher-mãe-esposa-dona-de-casa e/ou a trabalhadora desempregada, cujas identificações sociais de gênero estão intimamente relacionadas com a reprodução e lugar prático e simbólico, tanto nos espaços privados, quanto nos públicos da produção e do emprego remunerado. Daí porque a figura feminina, a mulher/mãe/dona-de-casa fica diluída na expressão 'família', que assim a silencia. (CISNE. 2013, p. 237). Página | 3444

Historicamente o gênero é um condicionante a inferências de exclusão dos indivíduos e em suas sociedades. “A exclusão é definida, neste contexto, como negação da cidadania, da garantia e efetividade de direitos civis, políticos e sociais, ambientais e da equidade de gênero, raça, etnia e território” (FALEIROS, 2006, p.4). Incoerentemente é um perfil que já vem da sociedade patriarcal e que perdura apesar da postura capitalista do lucro a todo custo que considera a mulher uma mão de obra barata e abundante.

No crescente da cultura capitalista, estudos feministas nascem e buscam contrapor os determinantes sociais já estabelecidos e que justificam a dominação e a subordinação feminina na expectativa de fugir da condição naturalmente imposto do conceito socialmente difundido quanto aos papéis do feminino e masculino perante a sociedade. Além disso, “A exclusão é um processo dialético e histórico, decorrente da exploração e da dominação, com vantagens para uns e desvantagens para outros” (FALEIROS, 2006, p.4).

Pois uma vez que a mulher, em seu papel central frente à família, que ainda hoje é a base da sociedade capitalista consumista, estando em uma situação de exclusão, sem exercer sua condição cidadã coloca automaticamente todos os membros da família na mesma condição.

Há quem pense que basta nascer para ser um “cidadão”. Esta é uma meia verdade. Tornou-se uma verdade aceita que todas as pessoas possuem certos direitos naturais inalienáveis. É possível que exista um indivíduo que vive em uma sociedade na qual não possui todos os direitos de um cidadão típico. Numa sociedade escravagista, um

---

escravo é um indivíduo que vive naquela sociedade sem possuir direitos básicos de cidadania. (GOUVÊA, 2002, p. 11).

Desta forma, a mulher mesmo estando nesta sociedade, se encontrando, muitas vezes, não consegue acessar as políticas públicas que lhe caberia, ou não tem acesso à informação de que necessita, e atualmente, é o que faz girar o mundo. Está em uma situação de exclusão e coloca os que dela dependem na mesma situação.

É questionável se o indivíduo que, tendo reconhecido seus plenos direitos de cidadão, não assume em contrapartida seus deveres de cidadão é, de fato, um cidadão no mais pleno sentido da palavra. No mínimo seria necessário reconhecer sua incapacidade de tornar-se consciente de sua plena cidadania e das responsabilidades inerentes a ela (...) Passar a lutar por tornar-se um indivíduo que não vive todo o tempo somente para si, mas que assume sua condição de ser humano e sua responsabilidade enquanto cidadão e engaja-se na luta por uma sociedade mais bem organizada e feliz, então é preciso reconhecer a seriedade desta vocação, é preciso compreender a complexidade da vida cultural do século XXI ... quer queiramos ou não em cada atitude tomada e em cada discurso proferido, cada um de nós ajuda a definir o futuro de nosso ambiente sociocultural, de nossa cidade, de nosso país e de toda a humanidade. (GOUVÊA, 2002, p. 11-12).

Pois a pessoa que se apodera da condição de cidadão não é somente mais um indivíduo em sua individualidade, em seus necessitates, em sua intimidade, mas é um ser participativo e atuante, que cumpre com seus deveres e transmite para os seus a informação da cultura da cidadania e promove a inclusão, sua e dos seus, na sociedade com as responsabilidades que isso acarreta.

E este entendimento de cidadania, como sendo uma cidadania social, tal e que Cortina (2001, p. 51-52), designa como sendo aquela em que o cidadão goza não só dos direitos civis em suas liberdades individuais, nos quais insistem as tradições liberais, não só de direitos políticos (participação política), nos quais insistem os republicanos, mas também de direitos sociais (trabalho, educação, moradia, saúde, benefícios sociais em épocas de particular vulnerabilidade). Assim, a cidadania social se refere também a esse tipo de direitos sociais, cuja proteção era garantida pelo Estado nacional, entendido não já como Estado social de direito.

E, a mulher com todo este poder, naturalmente constituído, que lhe é inerente, é um indivíduo formador e transmissor de cultura, seja ela da inclusão e da exclusão. Da mesma forma, a mulher do campo tem seu papel de exclusão ainda mais arraigado, visto que são naturalmente, considerando as condições de acesso e localização, espaços

marginais a centros tecnológicos e informativos. Mas o que deveras é a inclusão digital que se está propondo realizar encontra resposta afinada no conceito de que “inclusão social não é mais a formação do indivíduo cidadão, incluído na cultura nacional e, sim, do indivíduo consumidor, participante desse não-lugar, o Mercado” (SERPA. 2004, p. 183).

## MULHERES DO CAMPO

Desde sempre o campo é povoado pela força feminina: trabalhadoras, residentes, filhas, esposas, mulheres. Ocupam os espaços campestres, formam as frentes de trabalho juntamente com a família e em muitos casos são as chefes destas famílias. As mulheres do campo enfrentam diariamente condições difíceis, as quais estão muito além das intensas jornadas de trabalhos. No campo, devido ao seu caráter tradicionalista, os preconceitos estão manifestados de forma mais explícita e intensa sobre as mulheres.

Este processo é perceptível principalmente a partir da ausência de políticas de proteção social, de acesso a terra, baixa remuneração e a falta de incentivos para o acesso as tecnologias. Todos estes elementos associados levam a mesma a uma condição de inferioridade, dificultando a autonomia e o empoderamento da mulher do campo.

O gênero é uma das referências pelas quais o poder político tem sido concebido, legitimado e criticado. Ele não apenas faz referência ao significado da oposição homem/mulher; ele também o estabelece. Para proteger o poder político, a referência deve parecer certa e fixa, fora de toda construção humana (SCOTT, 1986, p. 92).

O gênero determina a posição que cada pessoa ocupa na sociedade e este fenômeno está muito presente nas sociedades rurais. As distâncias e a amplitude dos campos, das lavouras e dos pastos, tornam difícil a chegada de motivação, apoio e de novas determinações quando a tradição coloca tão mansamente a perpetuação da ideologia anti-feminista, ou como na grande maioria dos casos, no simples ato de desconsiderar a mulher como sendo um indivíduo social.

[...] na dominação patriarcal a obediência se fundamenta na ‘tradição’, na crença da inviolabilidade daquilo que foi assim desde sempre [...] a submissão pessoal ao senhor, garante a legitimidade das regras e os limites do poder de mando, ainda que não sejam

---

normas instituídas, mas sejam normas sagradas pela tradição (WEBER, 1999, p.234)

Múltiplas são as forças, externas e internas, que pressionam o posicionamento social da mulher, sabemos que nesta luta atemporal, imensos já foram os avanços que moldaram esta mulher contemporânea e sobre tudo a mulher do campo. Principalmente no que diz respeito á educação e ao acesso a informação. Mas as barreiras da tradição, cultura e distâncias somadas, não se derrubam em poucas estocadas.

Página | 3447

A mudança de cultura, a forma de pensar e agir, é tardia e demorada. A modificação ocorre de forma lenta e a transformação social é um processo contínuo, demandam muitas combinações e de tempo para que cheguem a ponto de realmente acontecer.

[...] a mulher é submetida à autoridade doméstica, a superioridade normal da energia física e psíquica do homem; para a criança, sua necessidade objetiva de apoio; para o filho adulto, o hábito, a influência persistente da educação e lembranças arraigadas da juventude; para o servo, a falta de proteção fora da esfera do poder de seu amo, a cuja autoridade os fatos da vida lhe ensinaram a submeter-se desde pequeno [...] o poder doméstico sob o aspecto de propriedade: os filhos de todas as mulheres submetidas ao poder doméstico de um homem, seja esposa, seja escrava, [...] são considerados como seu gado os animais nascido de seu rebanho (WEBER, 1999, p.234,235).

Desta feita, onde a informação demora a chegar á cultura demora a mudar. Por isso no campo o patriarcado, machista ainda é dominante. Tamanha é a nulidade da existência feminina, socialmente falando, no meio rural que o Movimento Mulheres Camponesas do Brasil tem em uma de suas lutas que todas as mulheres rurais tenham documentos, o que significa que, ainda há mulheres que juridicamente não existem.

É comum encontrar muitas mulheres trabalhadoras rurais que nascem, geram vidas e permanecem no anonimato, pois a sociedade lhes negou o direito de sequer ter seus documentos. Sem documentos, a mulher trabalhadora rural não existe para a sociedade. Ela não faz parte da lista de pessoas que precisam e devem ser protegidas e amparadas pelo Estado, seja através de políticas públicas, seja com a obtenção de direitos previdenciários (MMC,2004, p. 1).

E assim como ainda há mulheres nos campos do interior de nosso país que continuam a mercê de uma cultura perpetuadora da segregação feminina, já se encontra situações em que a informação, corroborada com a educação e a luta bravia, tem

colocado mulheres como protagonistas de suas existências. E como ser mulher é dificuldade em todo mundo, vê-las tomando as rédeas de suas vidas, não elimina de sua ação o devido valor, estão sim fazendo as diferenças, mas a um preço alto e caro, como a própria Organização das Nações Unidas, destaca:

As mulheres rurais são as responsáveis por mais da metade da produção de alimentos do mundo. Elas exercem também um importante papel na preservação da biodiversidade e garantem a soberania e a segurança alimentar ao se dedicar a produzir alimentos saudáveis. Por outro lado, as mulheres rurais são as que mais vivem em situação de desigualdade social, política e econômica. Apenas 30% são donas formais de suas terras, 10% conseguem ter acesso a créditos e 5%, a assistência técnica. E os desafios para as produtoras rurais não param por aí. Em todas as regiões do mundo, as mulheres rurais enfrentam mais restrições do que os homens no acesso a terra, insumos agrícolas, água, sementes, tecnologia, ferramentas, crédito, assistência técnica, culturas rentáveis, mercados de produção e cooperativas rurais. As mulheres, de forma rotineira, também são vítimas de discriminação nos mercados de trabalho rurais e são as responsáveis pela maior parte do trabalho não remunerado, já que ficam também à frente dos cuidados dentro de suas casas, dos filhos e dos afazeres domésticos. Esses fatores contribuem significativamente para diminuir a capacidade das mulheres de cooperar com a produção agrícola e o desenvolvimento rural (ONU, 2017. n.p.)

As mulheres plantam mundo a fora o sustento de suas famílias, seu próprio e de seus filhos, mas não são lhes dado o direito de serem donas de suas terras, de suas vidas. Falar das dificuldades e dos medos que assolam a vida de toda e qualquer mulher, mesmo neste novo mundo digital de nada valeria se não trouxesse junto a reflexão de tudo que se construiu para que muitas liberdades e direitos cheguem a nossas filhas que crescem pelo país ou pelo mundo a fora. Sejam as campesinas no ritmo lento do interior ou as cosmopolitas na velocidade supersônicas das metrópoles.

Pois mesmo a mais valiosa liberdade e o mais simples direito que as mulheres conquistaram ainda não possibilita que todas as mulheres do mundo desfrutem destas conquistas e muito ainda há de ser conquistado.

Pôr fim à impunidade e ao sofrimento silencioso das mulheres nas áreas rurais e urbanas, incluindo as trabalhadoras domésticas. Como revela nosso último relatório Transformar Promessas em Ação, as ativistas de hoje devem capacitar as pessoas que são mais suscetíveis de ficar para trás, a maioria delas são mulheres. Em todas as regiões, as mulheres são mais propensas a viver em extrema pobreza do que os homens. Esta diferença de gênero atinge até 22% no grupo entre as idades de 25 e 34 anos, os principais anos reprodutivos das mulheres, e destaca o dilema que muitas mulheres enfrentam:

---

conciliação entre renda e cuidado. Nesta área, as medidas e as mudanças políticas são urgentemente necessárias (MLAMBO-NGCUKA, 2018.)

E ter o intento de proporcionar às mulheres a oportunidade de construir um processo de inclusão no mundo digital e dele fazer parte, recebendo e transmitindo informações, fazendo a comunicação entre si e o mundo, pode parecer pouco a olhos desavisados, mas aos que vivem a separação por mais uma barreira que são as tecnologias digitais da informação e comunicação, é sim um grande intento.

## MULHERES DO CAMPO E A INCLUSÃO DIGITAL

Não há mais como separar a tecnologia de todos os movimentos que a sociedade constrói para a sua própria significação, seja na política, no mercado econômico, na esfera social, cultural, todas as bases da sociedade estão permeadas de técnicas, tecnologias que nos passos largos da globalização e nos braços amplos da informação conseguem chegar a todos os cantos do mundo dito moderno e mesmo nos que ainda não abriram legalmente suas portas para a tecnologia, em algumas instâncias já usufruem de seus benefícios.

A nova dinâmica técnico-social da cibercultura instaura uma estrutura midiática ímpar na história da humanidade onde, pela primeira vez, qualquer indivíduo pode, a priori, emitir e receber informação em tempo real, sob diversos formatos e modulações (escrita, imagética e sonora) para qualquer lugar do planeta (LEMOS, 2003, p. 3).

As tecnologias da informação são uma realidade e como todos os outros elementos da sociedade podem ser fatores preponderantes na produção de desigualdades. Pierre Lévy (2000), trás considerações exatamente sobre esta questão da tecnologia informacional como sendo um “fator suplementar de desigualdades e de exclusão, tanto entre as classes de uma sociedade como entre as nações de países ricos e pobres” (p. 235-236).

O mesmo autor ainda destaca a realidade deste fato, visto que a estrutura que possibilita a manutenção constante implementação e redes de comunicação, transmissão e disseminação da tecnologia, da informação e da ciência por traz destes conceitos, demanda um poder econômico que tanto indivíduos quanto nações podem

não comportar e por isso produzir a desigualdade e a exclusão entre eles e os que tem a condição necessária.

Da mesma forma Lévy (2000) destaca que em nenhuma outra tecnologia, tal como a cybercultura, teve um aumento tão grande de usuários em tão pouco tempo, mesmo considerando o custo de sua utilização, o autor dá como exemplo o telefone “inventado no final do século XX, ainda hoje é usado apenas por pouco mais de 20% dos seres humanos” (p. 236), enquanto que os excluídos pelas tecnologias da informação serão cada vez menos considerando o aumento de seus usuários. Página | 3450

Outro fator que o escritor destaca para colocar as tecnologias da informação como um fator não de exclusão, mas de inclusão é que seu uso requer pouco conhecimento técnico e “os procedimentos de acesso de navegação são cada vez mais amigáveis” (LÉVY, 2000, p. 237) e que dependendo do custo da comunicação local e da política de governo para as telecomunicações, o acesso pode se tornar mais barato e desta forma mais acessível.

O escritor também destaca que a própria tecnologia acaba por produzir seus próprios excluídos, toda vez que proporciona uma melhoria, quem não se atualiza junto com o sistema se torna excluído dele. Que por isso mesmo a tecnologia da informação é um instrumento que, mesmo podendo proporcionar todas as formas e possibilidades de inclusão ainda assim constrói seu próprio inferno.

É certo que é preciso favorecer de todas as formas adequadas a facilidade e a redução dos custos de conexão. Mas o problema do “acesso para todos” não pode ser reduzido às dimensões tecnológicas e financeiras geralmente apresentadas. Não basta estar na frente de uma tela, munido de todas as interfaces amigáveis que se possa pensar, para superar uma situação de inferioridade. É preciso antes de mais nada estar em condições de participar ativamente dos processos de inteligência coletiva que representam o principal interesse do cyberspaço. Os novos instrumentos deveriam servir prioritariamente para valorizar a cultura, as competências, os recursos e os projetos locais, para ajudar as pessoas a participar de coletivos de ajuda mútua, de grupos de aprendizagem cooperativa etc. Em outras palavras na perspectiva da cybercultura assim como das abordagens mais clássicas, as políticas voluntaristas de luta contra as desigualdades e a exclusão devem visar o ganho em autonomia das pessoas ou grupos envolvidos (LÉVY, 2000, p. 238).

O autor quer com isso destacar que mesmo o usuário de sua tecnologia estando munido de toda a estrutura possível, se não tiver a condição cognitiva, social, cultural, de nada adianta, pois inclui de uma forma e exclui de outra. Nisso a tecnologia é cruel,

diferentemente de outras formas de exclusão/inclusão, ela não é definitiva. Hoje é excluído, amanhã incluído, da mesma forma a exclusão pode estar a um clic.

Mas compreende-se que a mudança da cultura, do machismo e da exclusão social da mulher ainda tem caminhos a percorrer visto que a tecnologia está disponível a todos, a informação está a um *clic* de acesso, toda via, requer uma “alfabetização” tecnológica que possibilita este contato. As mulheres rurais lhes são negadas, culturalmente tantos direitos básicos que a tecnologia sequer lhes é apresentada, disfarçados em cuidados, ou em negligências maiores. Página | 3451

As palavras que parecem ser tão normais no dia-a-dia das pessoas, na maioria das vezes não são percebidas como carregadas de machismo e preconceito para com as mulheres. A sociedade desigual se encarregou de cristalizar algumas ‘normalidades’, onde o normal é a não existência das mulheres (AMTR –SUL, 2008, p. 27).

Por isso, letrar tecnologicamente as mulheres, instrumentalizá-las para que possam acessar as informações constantes no mundo digital, incluí-las na rede mundial de computadores, colocá-las nas mídias sociais, no mapa da existência social humana atual, inseri-las na cibercultura que “é a cultura contemporânea marcada pelas tecnologias digitais” (LEMOS, 2003. p. 11-23) não chega a ser uma proposta, mas certamente é “uma ampliação do ideal do igual respeito, de um desejo de hiper-reconhecimento que, recusando todas as formas de desdém, de depreciação, de inferiorização do eu, exige o reconhecimento do outro como igual na diferença” (LIPOVETSKI, 2004, p. 95).

Pois, “mesmo em um cenário favorável ao desenvolvimento de sociedades conectadas, essa revolução digital ainda não é totalmente inclusiva e uma parcela considerável da população mundial encontra-se excluída desse processo” (CETIC, 2014. p. 15). E para que isso verdadeiramente se efetive, há de se compreender o diz Pierre Lévy (1999, p. 238):

“[...] não basta estar na frente de uma tela, munido de todas as interfaces amigáveis que se possa pensar, para superar uma situação de inferioridade. É preciso, antes de mais nada, estar em condições de participar ativamente dos processos de inteligência coletiva que representam o principal interesse do ciberespaço.

Assim como se faz mister, compreender a profundidade do que socialmente representa estar digitalmente incluído, ao que Santos (2010), nos traz com tamanha clareza:

Esta sociedade civil incivil será constituída por uma subclasse tecnológica excluída do acesso e de tudo o que ele torna possível. Socialmente essa subclasse é constituída por muitos grupos sociais que hoje ocupam posições subordinadas no sistema de desigualdade, quer a nível nacional, quer a nível transnacional (o eixo norte-sul). A emergência do ciberespaço fará com que, para algumas das dimensões da sua reprodução social, esses grupos sociais subordinados transitem do sistema de desigualdade para o sistema de exclusão (SANTOS, 2010. p. 307).

Por isso questionamo-nos sempre sobre como promover a inclusão Digissocial de mulheres do campo para á partir desta experiência construir um material didático e instrucional que possa disseminar a inclusão a outros grupos de mulheres do campo em outras localidades?

Com a formação de um grupo de mulheres do campo, que se dispõem a ter os primeiros contatos com a cibercultura e suas implicações e com isso aprender e aprendendo, construir uma proposta de material didático e instrucional que possibilite a disseminação da inclusão Digissocial a outras mulheres em outros campos tão isolados e excluídos geográfica, estrutural, econômica e culturalmente quanto a localidade das mulheres que construíram esta proposta, á partir de sua experiencição, orientação e contato com os novos saberes que se concatenam no mundo digital.

Assim, propõe-se o alargamento do conceito de inclusão digital para uma dimensão reticular, caracterizando-o como um processo horizontal que deve acontecer a partir do interior dos grupos com vistas ao desenvolvimento de cultura de rede. Numa perspectiva que considere processos de interação, de construção de identidade, de ampliação da cultura e de valorização da diversidade, para, a partir de uma postura de criação de conteúdos próprios e de exercício da cidadania, possibilitar a quebra do ciclo de produção, consumo e dependência tecnocultural (TEIXEIRA, 2005, p. 30).

Teixeira (2005) conceitua aparentemente uma inclusão sob medida para a proposta deste projeto ao que encanta a proposta encaixar-se tão perfeitamente ao conceito, que parecem terem sido construídos um para conceituar o outro e outro para dar á *práxis* a esta teoria.

## PERCURSO METODOLÓGICO

A presente pesquisa é do tipo qualitativa que “se preocupa, nas ciências sociais, com o nível de realidade que não pode ser quantificado” (MINAYO, 2002, p. 21). E almeja com isso a construção de um material instrucional que, a partir da ação realizada junto a um grupo de mulheres, ajude outros grupos a produzir a inclusão Digissocial de mulheres do campo. Para isso, será proposta uma pesquisa ação, pois nessa abordagem: “se aprimora a prática pela oscilação sistemática entre agir no campo da prática e investigar a respeito dela. Planeja-se, implementa-se, descreve-se e avalia-se uma mudança para a melhora de sua prática, aprendendo mais, no correr do processo” (TRIPP, 2005, p. 445,446). Página | 3453

A pesquisa foi realizada com mulheres que fazem parte de um programa de alfabetização de jovens e adultos, estabeleceram-se como critérios de que sejam agricultoras e residam na zona rural do município de Alegria/RS, onde aconteceu a intervenção. Esta pesquisa foi realizada, durante cinco encontros no ano de 2019. Foram realizadas entrevistas estruturadas, face a face, “escolheu-se a entrevista como “técnica de coleta de dados, técnica em que o investigador se apresenta frente ao investigado e lhe formula perguntas com o objetivo de obtenção de dados que interessam à investigação” (GIL, 2008, p. 128).

Pois buscou-se informações pessoais para construção do perfil das participantes, apurando seu conhecimento prévio sobre tecnologias digitais e expectativas com relação ao aprendizado proposto pela pesquisa. Este perfil foi utilizado para a construção de um plano de ação para os outros quatro encontros, que teve o objetivo fazer a promoção de inclusão digital e social destas participantes, contemplando questões de cidadania, política e mídias digitais.

Como ferramenta de mídias foram utilizadas na intervenção as mídias que as participantes demandarem, caso elas não tenham nenhuma expectativa sobre este tema, utilizaremos o Facebook Inc, uma rede social virtual onde “usuários criam perfis que contêm fotos e listas de interesses pessoais, trocando mensagens privadas e públicas entre si e participantes de grupos de amigos” (WIKIPÉDIA, 2018). E também o WhatsApp: “Além de mensagens de texto, os usuários podem enviar imagens, vídeos e documentos em PDF, além de fazer ligações grátis por meio de uma conexão com a *internet*” (WIKIPÉDIA, 2018). Foram escolhidas estas ferramentas de mídia por serem as mais populares em nosso país, que segundo Costa (2018), passam de 130 milhões de

usuários do Facebook e 120 milhões de usuários do WhatsApp somente no Brasil. A penetração das mídias sociais no país é de 58%, segundo a We Ar Social (2018).

## RESULTADOS E DISCUSSÕES

Participaram destas atividades dez mulheres com idades de 50 a 83 anos, residentes do município de Alegria/RS, região noroeste do estado do Rio Grande do Sul. Das participantes 06 delas estão na faixa etária de 50 a 65 anos, outras 04 tem entre 66 e 79 anos. Todas elas vivem ou já viveram até a sua aposentadoria, na zona rural do município. Apenas uma delas cursou o ensino médio, quando já era adulta e viúva. Das demais, duas são totalmente analfabetas e sete sabem ler e escrever, mas não tem escolaridade, não cursaram escola regular e por isso fazem parte deste programa social de uma entidade do sistema S, voltada para o público do campo.

Das participantes cinco delas já estão viúvas, e declararam ser o principal motivo para estarem participando de programas e atividades, como da própria pesquisa, visto que isso não era permitido pelo marido ou não aconteciam atividades como as propostas agora. As demais são casadas e três delas tem os maridos participando também do projeto de alfabetização, pois tem baixa escolaridade, as outras duas participantes os maridos não participam, mas não impedem suas participações.

[...] a mulher é submetida à autoridade doméstica, a superioridade normal da energia física e psíquica do homem; para a criança, sua necessidade objetiva de apoio; para o filho adulto, o hábito, a influência persistente da educação e lembranças arraigadas da juventude; para o servo, a falta de proteção fora da esfera do poder de seu amo, a cuja autoridade os fatos da vida lhe ensinaram a submeter-se desde pequeno [...] o poder doméstico sob o aspecto de propriedade: os filhos de todas as mulheres submetidas ao poder doméstico de um homem, seja esposa, seja escrava, [...] são considerados como seu gado os animais nascido de seu rebanho (WEBER, 1999, p.234,235).

Esta característica de mulheres que ainda tem em seus maridos a pessoa que decide seus atos é ainda um perfil para as mulheres nesta faixa etária das pesquisadas, tanto que isso se confirma. Da mesma forma as mulheres do campo são assim construídas para manterem-se assim. Cordatas aos seus companheiros. Mas percebe-se que também o perfil do homem nesta situação, vem mudando, visto que muitos estão

aceitando participar de atividades onde se colocam e situação de aprendizado, enquanto que outros ainda estão alienados as mudanças sociais a sua volta.

A composição familiar das participantes se desenha desta forma: três delas moram sozinhas, quatro delas vivem somente com os maridos, uma delas é o casal e filhos, e duas delas moram com os filhos, sem os maridos já falecidos. Nas suas residências todas possuem aparelho televisor e rádio, uma delas possui notebook e internet. Nas suas famílias alguém possui telefone com internet, mas somente duas participantes possuem telefone com internet. (Gráfico 1: aparelhos de mídia). Página | 3455

Outra característica da exclusão das mulheres ao acesso às informações, visto que nas suas casas alguém da família tem telefone com internet, mas somente três delas moram sozinhas, enquanto que somente duas declaram ter telefone com internet. Isso quer dizer que na casa alguém tem, mas não elas. Um filho, um marido, mas não a mulher.

A inclusão/exclusão também pode se referir a maior ou menor dependência de outrem ou de instituições públicas, aos rendimentos, ao valor dos rendimentos, à qualificação ou desqualificação social, à presença ou ausência de bens materiais, à solidez ou degradação moral, à periferação/centralidade no território, à posse ou desapossamento da terra e ativos, à discriminação/aceitação, à violência maior ou menor, às condições de nacionalidade, raça, etnia, ou a opções e modos de vida (FALEIROS, 2006).

A televisão e o rádio, ainda são os aparelhos tecnológicos de maior popularidade nos lares das pessoas do campo. As mulheres que participaram da entrevista, falaram informalmente dos programas que assistem: novelas, programas de receitas, um que outro noticiário. No rádio ouvem os noticiários locais, com informativos e conteúdo de relevância local, as rádios comunitárias têm bastante audiência principalmente por este motivo, trazem falas e assuntos que são próprios da sua comunidade, de interesse para quem está na sua casa.

Como a mídia digital é um ecossistema, estamos agora obrigados a saber distinguir entre os conceitos de fonte e de mídia. No cenário das mídias unidirecionais, os dois conceitos eram quase equivalentes: um jornal ou emissora de televisão representavam, ao mesmo tempo, um canal de comunicação e uma fonte de informação. Isto obviamente não é mais verdadeiro para a mídia digital em geral ou para as diversas mídias sociais. Por exemplo, "o Twitter não é uma fonte confiável de informação" não é uma afirmação que tem muito sentido. Na verdade, a graça da comunicação pelo Twitter é justamente se conectar a fontes confiáveis e interessantes (para si) e filtrar as fontes

redundantes ou enganosas para fora do seu fluxo de notícias. Nem o Twitter (ou qualquer outra mídia social pessoal) nem a mídia digital, em geral, são fontes (LEVY, 2011 p. 44.)

A informação local ainda é o grande interesse para o uso das mídias, como pode ser percebido no Gráfico 1.

Gráfico 1: Aparelhos de mídia



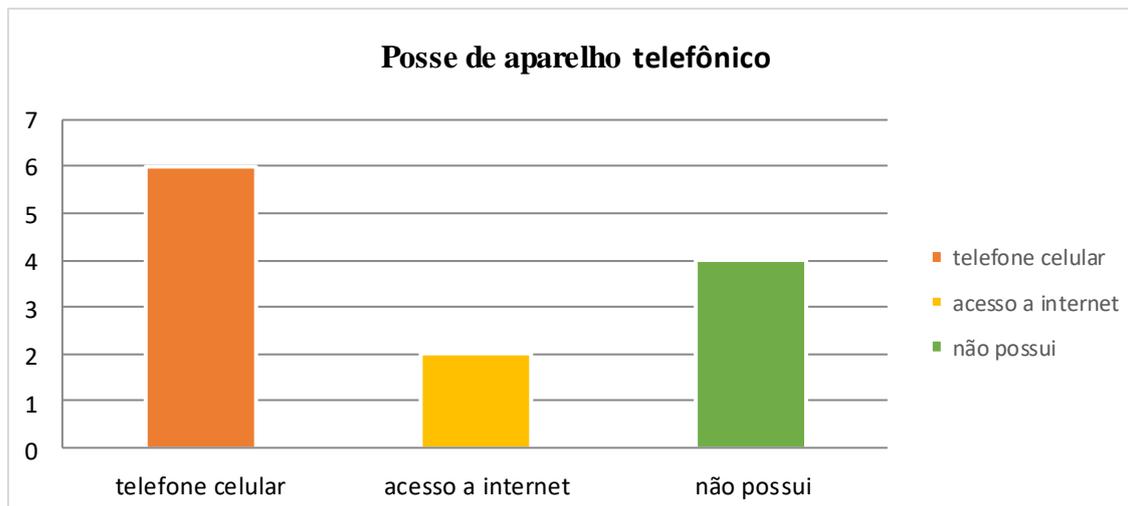
Fonte: Autores.

Entre as participantes, três delas já utilizaram o computador, em cursos de inclusão digital e as demais nunca utilizaram. Com relação ao curso de inclusão digital que participaram disseram já ter “esquecido tudo”, pois não fazem uso do que foi ensinado. Falaram que o que é ensinado nos cursos de inclusão digital é para “escrever no computador”, dos aplicativos texto, planilhas e slides. Ao que declararam não fazer uso, “a gente não usa isso, mal sei escrever, ficar catando as letas que nem galinha”. Por isso, que a maioria não teve vontade de participar deste tipo de curso de inclusão.

Seis das participantes tem aparelhos celulares, (Gráfico 2: Posse do aparelho Telefônico) mas somente duas tem com acesso à internet, as outras quatro não possuem nenhum tipo de aparelho telefônico. Novamente voltamos a ênfase de que as mulheres não têm seu próprio acesso a comunicação externa, que se personifica no aparelho telefônico, o que nos remete da fala de Faleiros A exclusão é um processo dialético e histórico, decorrente da exploração e da dominação, com vantagens para uns e desvantagens para outros, estruturante da vida das pessoas e coletividades”, [...] (FALEIROS, 2006, p.4). Questionadas de como fazem para falar com os filhos e a

família que mora longe, como fazem, declararam ter que pedir para o marido ou alguém da família, para emprestar o telefone e fazer a ligação, pois não sabem “mexer no telefone”.

Gráfico 2: Posse do aparelho telefônico

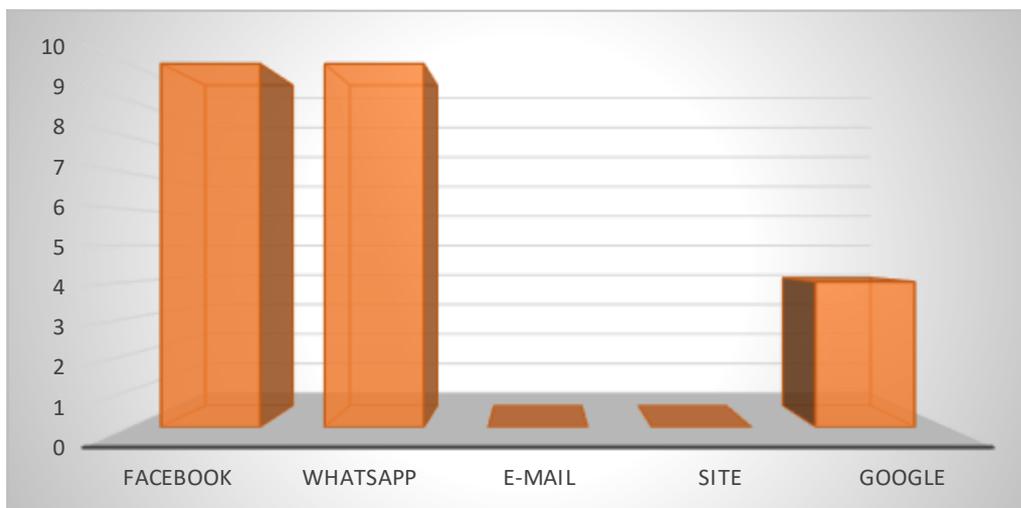


Fonte: Autores

Este número de mulheres que não possui um aparelho telefônico ou que possui telefone e o mesmo não tem acesso, demonstra claramente a falta de estrutura ou poder econômico para o acesso “potencialmente, ele existe para todos. Mas efetivamente, isto é, socialmente, ele é excludente e assegura exclusividade, ou, pelo menos, privilégios de uso”. (SANTOS, 2012. p. 28); tecnologias obsoletas e atrasadas, precárias que comprometem a qualidade e o acesso a informação e comunicação das mulheres do campo, é uma realidade. Mas também é um dado a se questionar, sendo que um número bem maior de mulheres declarou que na sua casa tem aparelhos telefônicos, porque o número de mulheres que tem a posse deste aparelho é diferente? Isso quer dizer que outros indivíduos da família tem a posse do telefone, com ou sem acesso à internet, mas a mulher não o possui.

Foram questionadas sobre seu conhecimento de internet, quatro delas disseram conhecer e as demais disseram já ter ouvido falar, mas não conhecem. Declararam conhecer o Facebook e whatsapp, dez das participantes, enquanto que quatro delas conhecem Google, nenhuma delas declarou conhecer o que é e-mail e site, como pode ser visto no Gráfico 2: Qual deles eu conheço?

Gráfico 3: Qual deles eu conheço?



Fonte: Autores

Apesar de não possuírem seu próprio aparelho com acesso à internet, quatro das participantes declararam usar o Facebook e o Whatsapp, “uso junto com meu marido”, ou “uso o da minha filha, quando quero ver as fotos dos meus netos”. Três delas usam também o Google, “gosto de ver as receitas novas”. As demais não usam nenhum destes aplicativos.

Todas as participantes declararam conhecer tanto o “face”, quanto o “whats”, forma coloquial como tratam os aplicativos, mas não possuem o seu próprio perfil nestes aplicativos. Gostam da “familiaridade” e proximidade que os dois aplicativos apresentam, “não precisa nem escrever no “Whats”, pode fazer áudio”. No site de busca também fazem uso do recurso de voz, para fazer suas pesquisas. Demonstrando a acessibilidade que estes aplicativos apresentam para todo o público, sendo letrado ou não, “ vejo os vídeos de receitas, e vejo os ingredientes”. Não sendo necessário a alfabetização para o acesso.

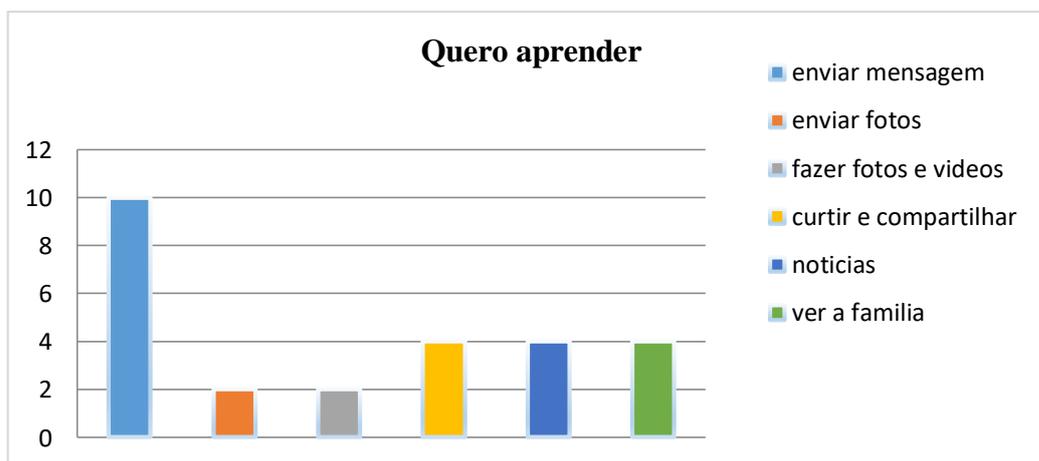
Esta forma de acesso, não letrado, permite o livre acesso a todos o públicos, podendo ter acesso a todo o tipo de informação constante em seus repositórios, até mesmo a programas de alfabetização que possibilite a mudança da sua condição de não letrado, o que é profundamente socializado e inclusivo.

A nova dinâmica técnico-social da cibercultura instaura uma estrutura midiática ímpar na história da humanidade onde, pela primeira vez, qualquer indivíduo pode, a priori, emitir e receber informação em tempo real, sob diversos formatos e modulações

Foram questionadas sobre se as participantes acham que a internet é importante, para o que cinco delas acham que sim, a internet é importante, as outras cinco disseram que não acham importante. Uma das que não acha importante declarou: “não acho importante, mas na última eleição não ganhei nenhum santinho de candidato, porque era tudo pelo telefone”. Numa declaração de defesa da sua importância uma delas disse: “nós também vivia sem luz, e não achava importante. Mas depois que conheci, quando falta, não sei o que fazer”, demonstrando que a internet não é importante enquanto não se conhece, enquanto não se tem acesso, depois faz parte da vida se tornando essencial.

Inqueridas sobre o que gostariam de aprender sobre a tecnologia digital da informação e comunicação, responderam: todas querem aprender a enviar mensagens, duas querem aprender a enviar fotos, duas outras querem aprender a fazer fotos e vídeos, quatro delas querem aprender a compartilhar e curtir as postagens, quatro querem ver as notícias e outras quatro querem ver os filhos e família que mora longe. (Gráfico 4: o que quero aprender?)

Gráfico 4: o que quero aprender?



Fonte: Autores.

Estas respostas ao conhecimento que querem ter acesso, demonstra o interesse no estabelecimento de relações sociais. Na manutenção e estreitamento das relações familiares, demonstrando que o contato pessoal, as relações familiares e com os amigos,

demonstrando empatia ao curtir e compartilhar suas experiências, são importantes para estas mulheres.

Também foram questionadas sobre as notícias que são disseminadas pela internet, se acreditam ou não nestas notícias, para o qual foram contundentes em dizer que não acreditam, “não se pode acreditar no que dizem”. Mas na conversa informal que acontece nestes momentos, foram vários os momentos que uma ou outra notícia divulgada pelas redes sociais foram colocadas em discussão, defendidas e rechaçadas. Então por mais, que a cautela diga para ter cuidado com as notícias que são divulgadas pela mídia, a quantidade de detalhes e a forma como são disseminadas, atraem e deturpam este sentimento, acabando por tornar-se uma verdade. Página | 3460

Foram questionadas sobre os perigos que a internet apresenta, se achavam que é perigoso, ao que ficaram divididas, umas acham muito bom, mas tem que saber usar. Outras declararam que é muito perigoso, não podem “comprar nada que roubam tudo”. “Tem muito bandido e aproveitador que se esconde atrás do computador”. Elas demonstram ter muito receio, sempre tem histórias para contar de alguém que foi lesado, agredido ou roubado através da internet.

Em continuidade a entrevista, perguntou o que gostariam de aprender, ao que foram unânimes, “querem aprender tudo, pois não sabem nada”. Esta declaração de “não saber nada”, é próprio da humildade de quem está acostumado a ser posto nesta situação, onde seus saberes não têm valor ou serventia. E para encerrar foi inquirido se aceitariam participar de algumas capacitações via internet, ao que responderam que sim, mas que não queriam computador, queriam “aprender a mexe no telefone”.

Esta solicitação de aprender a fazer uso dos aplicativos que são compatíveis com os dispositivos moveis, é bem compreensível. Visto que as participantes não possuem computadores e não tem interesse em aprender a trabalhar nos aplicativos como editores de texto e planilhas. Mas demonstraram grande interesse em saber usar as redes sociais, através de dispositivos móveis.

No segundo momento, foi apresentada a proposta de intervenção, onde foi construído um material instrucional para ajudar na atividade de apresentar e ensinar a utilização das mídias sociais para as participantes: Conhecendo o Face e o Whats - primeira versão. Este material tem o referencial baseado nas informações disponíveis no site Criar Facebook.com, (<https://www.criarfacebook.com/>), que dispõem de um material muito acessível que permite o uso do seu material. Neste segundo momento foram sendo feitas correções no material instrucional produzido, a partir da sugestão e

crítica apresentada pela prática em si. Pois ao preparar o material instrucional, muitas vezes não se percebe as reais dificuldades de quem precisa aprender. Principalmente com a linguagem, própria das redes sociais, com muitas gírias e estrangeirismos linguísticos que as participantes não estavam habituadas.

Assim como a adequação com a linguagem, também o tamanho da fonte utilizada e o tamanho das imagens. Optou-se por fazer um material impresso por que as participantes demandaram, visto que não teriam como assistir a vídeos ou mesmo acessar um passo-a-passo na internet. No material impresso é possível fazer anotações e retornar para o passo anterior sem medo de errar. Percebeu-se neste momento que o tempo estipulado para cada encontro foi muito longo, pois elas se cansavam e dispersavam sua atenção. Tanto que nos encontros seguintes diminuiu-se o tempo e a atividade foi muito proveitosa. Página | 3461

Foi usado o sistema de mídia para apoio na apresentação da instrução, mas como a maioria delas não possuía o aparelho celular, não foi muito proveitoso. O preço dos aparelhos com esta interface que permitem a instalação dos aplicativos de mídias sociais, ainda tem um custo considerado alto para a maioria das mulheres, mas como a televisão foi um dia, agora estes aparelhos estão na lista de desejos e de organização orçamentária para sua aquisição.

Nos encontros seguintes, algumas trouxeram os aparelhos dos maridos e algumas até compraram os seus aparelhos. Sendo possível então fazer uma atividade de criar perfis e instalar os aplicativos para que elas pudessem fazer o uso dos mesmos na prática do processo que estava sendo construído. Foi emocionante verificar a alegria de cada etapa completada, o encantamento com as fotos, os risos, a estima sendo demonstrada no ajeitar do cabelo antes de cada clic. Demonstrando que o trabalho tinha sentido e futuro.

Se percebeu também como a forma de disseminar a prática é muito instintiva, uma mulher ajudando a outra, seria muito interessante se dentre as próprias mulheres surgissem disseminadoras da ideia, a aceitação das demais seria muito maior e melhor vindo de alguém do próprio grupo. Desta forma, a proposta desta experiência não se transformaria em formar mulheres líderes para disseminar a inclusão digissocial pelos campos? Não seria apenas inclusão digissocial de mulheres do campo, mas sim mulheres incluído outras mulheres.

Após a apresentação da primeira versão, da sua aplicação e correção, retornou-se ao grupo para apresentar a segunda versão. As mulheres demandaram que fosse

colocado um roteiro do modo de pesquisa por áudio nos sites de busca, assim como de envio de áudios, fotos, mensagens, postagens e outras atividades. Neste retorno acontece mais um momento de prática e foram feitas fotos para o perfil do Facebook, do Whatsapp e buscar as fotos na galeria de imagens para utilizar, aprendeu-se gravar áudios e enviar, e muitas foram as que gravaram seus áudios para enviar a família, pode-se também fazer grupos de bate-papo assim como aprenderam a sair dos grupos que não desejam participar, demonstrando sua autonomia, vontade e decisão. Página | 3462

O material que foi produzido nestes encontros foi bem sucinto, claro, simples, mas com informações importantes e necessárias. Com figuras que permitem a visualização da sua própria tela na imagem, a identificação dos ícones de acesso. E que as mulheres que participaram da pesquisa declararam ser de fácil entendimento, para elas e para as demais.

## CONCLUSÃO

Pode parecer redundância concluir que a mulher ainda é um elemento da sociedade que é constantemente excluído e segregado em sua própria essência. Pode ser de pouca inferência isso ser constatado em um grupo de estudo tão pequeno. Mas este pequeno grupo foi a amostra de um todo, que eleito de forma desestruturada, mas espontânea, a partir da própria motivação das integrantes deste grupo, demonstra, não em números, mas em vivência, o que as mulheres ainda são.

Coloca sobre esta mulher, alguns parâmetros que potencializam esta segregação: a condição de mulher do campo, a baixa escolaridade, a idade avançada, o machismo, e tantos outros elementos. E teremos então uma conta que se engrandece em valores ainda elevados para uma era da informação, uma geração digital onde as tecnologias digitais da informação e comunicação apresentam as possibilidades de um mundo sem espaços, sem fronteiras, sem distancias, sem discriminação, sem barreiras sociais.

Estas possibilidades todas que são apresentadas pelas TDICs, se perdem na realidade das estruturas, dos sociais, dos recursos. Se perdem na implementação das políticas públicas, nos agentes educacionais despreparados, na falta de estrutura e na falta de perspectiva. Em ações de pretensas inclusões digitais que partem do demandante e não do demandado. Saberes que partem de quem sabe muitas vezes se

torna ineficaz para quem não sabe. Por isso, uma proposta de ação de inclusão digissocial de mulheres precisa partir das mulheres, do que são seus desejos, suas necessidades e do seu próprio saber. Compreender que o manuseio do equipamento precisa ser vagaroso, que o material instrucional deve ser claro, direto, limpo, com um vocabulário acessível, com letras grandes e retas. É preciso compreender que o equipamento de uso para um processo de inclusão deve ser tal qual as mulheres têm acesso, porque se não, jamais terão momentos de acesso novamente. Página | 3463

É possível concluir com esta experiência que mesmo processos de inclusão digissocial demanda um processo de troca entre instrutor e aprendente, a pessoa do instrutor precisa ser acessível, conhecer a realidade das mulheres, seu vocabulário, as regionalidades, ter uma postura aberta para incentivar a construção coletiva, não intimidadora, mas acolhedora e estar sempre pronto para adequar suas propostas, temáticas, conteúdos e conceitos. Desta forma, a cada grupo de inclusão digissocial, nascerá um novo processo, este será sempre novo, adequado a novas necessidades, desenvolvendo-se constantemente, quase que um processo vivo, um organismo social de inclusão das tecnologias digitais da informação e comunicação se reestruturando e mantendo-se conectado as mulheres e suas vivências, para assim realmente fazer o seu intento como elemento inclusivo.

Quando se projetou esta experiência tinha-se algumas ideias que se confirmaram, como a percepção de que as mídias sociais teriam maior demanda para este grupo. Isto se confirmou na entrevista e nas demandas durante a ação, demonstrando que a inclusão digital e social das mulheres do campo, passa primeiro por uma inclusão nas mídias sociais, onde elas compreendem fazendo parte de algo, seja no grupo de “whats” da família, ou da loja da esquina, mas elas fazem parte. E o pertencimento é inclusivo, comunicar-se com seus iguais, buscar informações fora de suas limitações espaciais, a partir de aplicativos de fácil manuseio, acessível, acolhedor, com uma interface empática, que não limita seu acesso pelo letramento, ou baixa visão, ou pouca audição, ou dedos com a pele menos sensível.

Ficou evidente que a utilização dos aplicativos de mídias sociais é atraentes e corresponde às expectativas das mulheres, porque contém o acesso, principalmente do seu próprio círculo social. O contato com os seus, família, filhos, amigos, conhecidos. Possibilitam o diálogo, a expressão da vontade, do desejo, da necessidade. Afastam o medo da solidão, da distância, que mesmo em momentos onde não se troca mensagens, é possível rever fotos e vídeos, mensagens antigas, como se faziam a tempos atrás com

a velha caixa de fotografias que toda a casa sempre tem. A diferença é que as fotos são cada dia mais instantâneas, os vídeos são em tempo real, transmissões ao vivo que dão vida tanto a quem transmite como aos receptores.

Pode nos parecer muito pobre de intento esta demonstração de instrução digissocial, mas há de se ter em mente que a primeira alimentação de qualquer ser, não pode ser com muitos nutrientes, tão pouco consistência, ou variedade de sabores. Esta é a primeira proposta e como um primeiro alimento deve ter nutrientes (saberes) necessários para ser absorvido pela mulher e dar forças e motivação para ela ir buscando cada vez mais saberes, com mais consistências, mais informações, mais conhecimentos, mais comunicação. Não adiantaria de nada servir um banquete cheio de pratos e sabores que seriam rejeitados por um ser despreparado para receber.

Outra conclusão que se teve com a experiência é a certeza de que a formação de lideranças entre as próprias mulheres para disseminar a proposta de inclusão digissocial é o caminho mais eficiente. Mulheres formando mulheres, com suas próprias experiências e vivências, com conhecimento de causa, de necessidades. Para assim, utilizando a proposta inicial deste material instrucional, que deve ser sempre retroalimentado com novas possibilidades e, desta forma, darmos continuidade a esta proposta que nasceu de uma observação, para oportunidade de tirarmos algumas, ou muitas mulheres da segregação do isolamento digissocial.

## REFERÊNCIAS

1. **Como criar uma conta no whatsapp.** Disponível em : <https://www.whatsapp.com/> ; acesso em 10 de maio de 2018.
2. **Criar Facebook.** Disponível em: <https://www.criarfacebook.com/> ; acesso em 10 de maio de 2018.
3. FALEIROS, V. de P. **Inclusão Social e Cidadania.** 32ª International Conference on Social Welfare. Brasília: 2006. Disponível em:< [http://www.icsw.org/images/docs/Events/2006\\_Brazil/17\\_07\\_PDF/vicente\\_faleiros.pdf](http://www.icsw.org/images/docs/Events/2006_Brazil/17_07_PDF/vicente_faleiros.pdf) > Acesso em: 12 junho de 2018.
4. GIL, A.C. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** 6ª Ed. São Paulo. Atlas. 2008.

- 
5. LEMOS, A. **Olhares sobre a Cibercultura**. Sulina, Porto Alegre, 2003; pp. 11-23 CIBERCULTURA. Alguns pontos para compreender a nossa época.  
Disponível em:<  
<https://www.facom.ufba.br/ciberpesquisa/andrelemos/cibercultura.pdf> >  
Acesso em 01 maio de 2018.
  6. LEVY, P. **A Esfera Pública do Século XXI**. Techyredes. 2011. Disponível em : Página | 3465  
<[https://techyredes.files.wordpress.com/2011/08/techyredes\\_artigo-pierre-levy1.pdf](https://techyredes.files.wordpress.com/2011/08/techyredes_artigo-pierre-levy1.pdf). Acesso em 31 abril 2018.
  7. LÉVY, P. **Cibercultura** Tradução de Carlos Irineu da Costa. São Paulo, Ed 34. 2ª ed. 2000.
  8. MINAYO, C. S. (Org.). **Pesquisa social**. Teoria, método e criatividade. Petropolis, RJ. Vozes. 1994.
  9. SANTOS, M. **Por uma outra globalização**: do pensamento único à consciência universal. 22ª ed. Rio de Janeiro. Record. 2012.
  10. TRIPP, D. **Educação e Pesquisa**. São Paulo, v. 31, n. 3, p. 443-466, set./dez. 2005
  11. WE AR SOCIAL. **Digital 2017**: visão global. Disponível em:  
<<https://wearesocial.com/special-reports/digital-in-2017-global-overview.>>,  
acesso em 22 de junho de 2018.
  12. WEBER, M. **Sociologia da Dominação**, In: Economia e Sociedade. Brasília-DF: UnB, Vol.2, 1999.
  13. WIKIPÉDIA, **Facebook**. Disponível em  
<https://pt.wikipedia.org/wiki/Facebook> ; acesso em 15 de maio de 2018.